NOTICE AND TAKE DOWN: PONDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA

NOTICE AND TAKE DOWN: CONSIDERATIONS ABOUT THE SYSTEM

Igor Carvalho Ulhôa Faria¹

Resumo

A responsabilidade civil por danos decorrentes de conteúdo disponibilizado por terceiros na internet está prevista no Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014. A responsabilidade por infrações a direito de autor na internet, em conteúdo disponibilizado por terceiro, todavia, deve ser tratada em lei específica. A jurisprudência construiu entendimentos que aproximam a responsabilidade civil no Brasil do sistema norte-americano notice-and-takedown, especialmente por rechaçar a responsabilidade objetiva dos provedores de serviços na internet. O presente artigo pretende esboçar as semelhanças e diferenças entre as soluções adotadas pelos ordenamentos jurídicos dessas nações e analisar em que medida são atendidas as demandas dos autores e dos provedores de serviços na internet. Pretende-se analisar, ainda, como o notice-and-takedown se compatibiliza com outras normas, como o princípio da reparação integral e a liberdade de expressão.

Palavras-chave: notice and take down. Responsabilidade Civil. Liberdade de expressão.

Abstract

The civil liability for damages caused by content uploaded by third parties on the internet is provided by Brazilian internet rights act, Law n. 12.965/2014. The liability for infractions to author rights on the internet, caused by content uploaded by third parties, however, is set to be dealt with by a specific law. The jurisprudence has built consensus that brings closer the civil liability in Brazil to the American system “notice and take down”, especially after rejecting the objective liability of the online service providers. The present article intends to show the similarities and differences between the solutions adopted by those countries’ legal systems and analyze to what extent the demands from the authors and online service providers were fulfilled. It intends to analyze, furthermore, how notice and take down system is compatible with other norms, such as the principle of full compensation and the freedom of speech.

Keywords: notice and take down. Civil Liability. Freedom of speech.

¹ Advogado Cível na Vanzin & Penteadó Advogados Associados. Pós-graduado em Direito Digital pela Fundação Escola Superior do Ministério Público/RS. Graduado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Atuou como advogado-orientador em Direito Civil na Divisão de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito da UFMG de 2017 a 2020. Endereço eletrônico: ulhoa.igor@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O contexto da Web 2.0, assim denominadas as plataformas em que os usuários são protagonistas da produção de conteúdo, em substituição aos proprietários dessas plataformas, trouxe desafios às teorias tradicionais do Direito, que precisam se adequar e reinventar para que permaneçam relevantes e eficazes. Um dos grandes desafios desse cenário é a responsabilidade civil de provedores de serviço na internet por conteúdo disponibilizado por terceiros.

Uma das problemáticas envolvendo os provedores de serviços na internet é a violação de direitos autorais, a qual ocorre em medida difícil de monitorar e vigiar, dado o enorme número de arquivos, vídeos, áudios, imagens e textos disponibilizados diariamente por usuários de plataformas como Facebook ou Youtube.

A Lei n. 9.610 de 1998, em seus artigos 102 a 104, traz disposições sobre a responsabilidade civil em relação à obra “fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada” por terceiros não autorizados². No entanto, a norma trata expressamente de violações ocorridas a obras com suporte físico, tendo em vista a menção a “exemplares” e a possibilidade de apreensão dos produtos das violações a direitos autorais. Não aponta, em uma interpretação literal, para as violações ocorridas em meios digitais. O artigo 104, em sentido similar, responsabiliza aquele que, com intuito de lucro, “vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude”.

A discussão quanto às violações de Direitos Autorais na internet tem especial relevância diante da possibilidade de alterações na Lei n. 9.610 de 1998 em um futuro próximo, considerando que houve consulta pública no ano de 2019 pelo Ministério da Cidadania em relação às mudanças pretendidas na lei.

O Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014, optou por delegar a matéria das infrações a direitos autorais a lei específica sobre o tema, mas trata de forma genérica da responsabilidade dos provedores de serviços na internet por danos causados por terceiros em seu artigo 19. Observa-se, assim, uma aparente lacuna na legislação, ao menos de norma específica sobre o tema, demandando soluções por outras vias que não a mera subsunção. As soluções encontradas pelas Cortes Superiores, no entanto, não estão isentas de controvérsias.

² Art. 102. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.

Por um lado, advoga-se pela dificuldade de monitoramento do conteúdo disponibilizado por terceiros nas aplicações na internet pelas plataformas, o que seria um ônus excessivo sobre esses modelos de negócio, bem como haveria implicações no âmbito de aplicação da liberdade de expressão. Por outro lado, autores e criadores clamam por uma proteção mais efetiva a seus direitos autorais na internet, especialmente em plataformas que lucram com a disponibilização por terceiros de conteúdo infringente de direitos autorais.

Ademais, independentemente de mudanças na lei, cabe notar que a própria arquitetura dos *softwares* e provedores de serviços na internet podem limitar ou não os usos e a liberdade de expressão na internet. Essa limitação proveniente da própria arquitetura dos serviços utilizados na internet atua, em partes, como uma salvaguarda dos Direitos de Autor e dos próprios provedores de serviços em caso de eventuais demandas de responsabilidade civil. No entanto, também podem atuar de modo mais restritivo que a própria lei, limitando a liberdade de expressão e usos legítimos de obras protegidas.

Observa-se que os provedores de serviços na internet obtiveram marcos legislativos importantes nos Estados Unidos e no Brasil, os quais os mantiveram protegidos por um sistema de limitação da responsabilidade, comumente denominado *safe harbor*.

Há um grande dissenso entre os provedores de serviço na internet e detentores de direitos de autor, o que levou a diferentes soluções ao redor do mundo, com nações criando sistemas de responsabilidade e monitoramento do conteúdo bastante divergentes entre si. A questão é espinhosa na medida em que temos valores relevantes a serem sopesados: a justa remuneração e proteção de direitos de autor, a proteção à liberdade de expressão, a viabilidade de novos provedores de serviços na internet. Como garantir o uso justo de obras protegidas por direitos autorais?

Um dos mais proeminentes sistemas de responsabilidade civil de provedores de serviços na internet por conteúdo disponibilizado por terceiros é o *notice and take down*, que condiciona a responsabilização dos provedores de serviços na internet à prévia notificação e disponibilização de prazo razoável para a retirada do conteúdo supostamente infringente de direitos autorais de terceiros. No presente artigo, pretende-se realizar uma comparação entre o sistema escolhido no ordenamento jurídico norte-americano, que adota o *notice and take down*, e o sistema adotado no ordenamento jurídico brasileiro.

A escolha do sistema norte-americano para comparação não é arbitrária. Não apenas a inspiração que serviu à jurisprudência e legislação brasileiras, o país tem assumido grande relevância global nas normatizações desse tema.

2 WEB 2.0

Os provedores de serviço na internet têm um sistema de responsabilidade civil relativo a infrações de direitos autorais em partes homogêneo no contexto ocidental, sendo conhecido como *safe harbor*. Consiste, basicamente, em uma limitação da responsabilidade dos provedores de serviços, que só se responsabilizariam se fossem notificados da existência do conteúdo infringente e permanecessem inertes. Isso significa que não há, portanto, dever de vigilância do conteúdo.

Apesar de duradouro, sofreu muitas críticas da indústria cultural que o julgava ineficiente e incapaz de lidar com as demandas dos produtores de conteúdo protegido. As dificuldades aumentam quando considerados os modelos de negócio cujo principal atrativo é oferecer uma plataforma para que usuários disponibilizem conteúdos neles, como Youtube e Facebook, os quais lucram com verba publicitária. Essas plataformas tendem a facilitar a transmissão gratuita de obras protegidas, em conjunto aos softwares *peer-to-peer*³.

Brown (2008, p. 437) descreve a Web 2.0 como os websites em que o conteúdo produzido por usuários é mais relevante ao modelo de negócio que o conteúdo produzido por seus próprios desenvolvedores. O principal exemplo da Web 2.0 é o Youtube. Com muitos arquivos sendo colocados diariamente, seria uma tarefa das mais difíceis e onerosas o monitoramento, pelas plataformas, do conteúdo disponibilizado pelos usuários. Ademais, não há essa exigência na legislação norte-americana, nem na brasileira, como se verificará.

Observa-se, portanto, um importante ponto de conflito entre esses atores sociais: de um lado, autores que pretendem ver seus direitos autorais protegidos, mas que dependem das plataformas para realizar o monitoramento de eventuais violações; de outro, plataformas cujo modelo de negócio orbita em torno de conteúdo produzido pelos próprios usuários, que podem eventualmente estar praticando violações a direitos autorais de terceiros. Há, ainda, os usuários, que podem estar utilizando de maneira legítima trechos de obras de terceiros e não devem ser confundidos com os infratores.

³ Espécie de rede de computadores que compartilha arquivos, de modo que o usuário que baixa um arquivo passa a também disponibilizá-lo, em termos simplificados.

2.1 Notice and take down

Nos Estados Unidos, a legislação não impõe que os provedores de serviço estabeleçam uma vigilância ativa dos conteúdos disponibilizados pelos usuários em suas plataformas. Trata-se do sistema denominado *notice-and-takedown*: não há responsabilidade do provedor se, uma vez notificado do conteúdo infringente de direitos autorais, este seja retirado do ar em prazo razoável.

Antes de adentrar nos detalhes do *notice-and-takedown*, é importante registrar suas diferenças com o sistema do *notice-and-stay-down*. O sistema do *notice-and-stay-down* tem acrescida ao provedor a obrigação de manter o conteúdo já notificado como infringente fora de sua plataforma de forma definitiva. Para realização dessa tarefa, a adoção de uma tecnologia de filtragem de conteúdo é necessária, já que o usuário infrator pode pretender reincidir na realização do ato ilícito na plataforma.

O sistema do *notice-and-stay-down* tem como principal vantagem evitar o retrabalho que é notificar a plataforma em virtude do mesmo conteúdo infringente, já que haveria a obrigação de a plataforma detectar tal conteúdo e impedir seu *upload* novamente. Por outro olhar, a filtragem de conteúdo demandaria uma tecnologia que pode ser demasiadamente custosa a novos entrantes do mercado de tecnologia. Com isso, se criaria uma barreira de entrada aos novos negócios e *startups*, o que seria desaconselhável em um mercado oligopolizado (GALINDO, 2019), sob uma perspectiva concorrencial.

O DMCA ou *Digital Millenium Copyright Act* é a lei norte-americana sobre o tema, visando a proteção de escritores, artistas e outros criadores de material protegido da pirataria na era digital. O DMCA oferece um sistema de *safe harbor* ou imunidade aos provedores de serviços online por ofensas aos direitos autorais feita pelos usuários dos serviços.

Para gozar dessa proteção, os provedores devem cumprir alguns requisitos: adotar uma política de notificação e exclusão de contas de usuários que sejam considerados infringentes reincidentes e o provedor de serviços deve não interferir com medidas técnicas padrão. Essas medidas são definidas como meios tecnológicos de detectar infração ao direito autoral online, as quais estão disponíveis a custos razoáveis.

A principal proteção conferida é a limitação de responsabilidade por hospedar material infringente. Para isso, o serviço não pode receber um benefício econômico diretamente da atividade infringente, nem estar ciente da presença do material infringente. Ademais, ao receber a notificação, deve agir para remover o material que infringe direitos autorais. São requisitos cumulativos aos citados anteriormente.

A notificação operaria uma transformação na controvérsia do dever de monitoramento dos conteúdos disponibilizados pelos usuários nas plataformas, sempre muito defendido sua impossibilidade técnica ou excessiva onerosidade que ameaçaria diversos modelos de negócio. Com a ciência da plataforma da existência de conteúdo infringente, nasceria uma obrigação específica de agir (SCHREIBER, 2015, p. 10).

Apesar de não ser um sistema novo, tendo sido implementado no ano de 1998, até os dias atuais apresenta problemas, os quais evoluíram junto da evolução do comportamento dos usuários nas redes. Em estudo qualitativo e quantitativo conduzido pelo *The TakeDown Project*, foram identificadas questões de limitação de devido processo legal no processamento dos pedidos de retirada de conteúdo (URBAN, KARAGANIS, SCHOFIELD, 2017, p. 152). O uso de soluções automatizadas para monitoramento do conteúdo também é visto com preocupação, já que pode representar um obstáculo apriorístico para produtores de conteúdo *on-line* disponibilizarem suas criações legítimas nas plataformas, além de serem de difícil adoção para novos entrantes do mercado digital.

Outro problema do sistema é a ausência de critérios objetivos para definir um reincidente contumaz ou o tempo de penalidade que essa categoria de usuário enfrentaria. Trata-se de conceito essencial, pois o reincidente contumaz de infrações a direitos autorais na internet poderia ter sua conta banida de determinada plataforma, de acordo com o Estatuto legal daquele país. Todavia, a ausência de critérios objetivos para definição gerou diferentes comportamentos pelos provedores de aplicações na internet na aplicação do diploma legal, assim como o tempo de penalidade de cada usuário mostrou-se bastante variável.

Observou-se, ainda, que a possibilidade de contranotificação do suposto infrator, como uma espécie de defesa da notificação realizada, é pouco utilizada pelas plataformas e costuma haver um desequilíbrio relevante entre os que denunciam violações de direitos autorais e aqueles que recebem notificações e têm seus conteúdos retirados da internet.

A limitação do “uso justo” (ou *fair use*) também é uma questão que é afetada pelo sistema. O uso justo é um conceito desenvolvido por juízes americanos e ingleses na interpretação de diplomas normativos de Direitos Autorais e consiste na utilização de porções de obras protegidas de autoria de terceiros, a qual não consistiria em violação aos Direitos Autorais deles. A avaliação se daria no caso concreto, considerando alguns aspectos, tais quais, a quantidade e a importância dos trechos utilizados; a relação com o todo da obra; o resultado do uso dos trechos em relação à demanda da obra original (YANKWICH, 1954, p. 213). O *notice and take down* pode gerar situações em que obras que se utilizam de pequenos trechos

de outras obras protegidas, em hipótese de uso justo, sejam retiradas do ar em virtude de notificações desprovidas de fundamentos.

2.2 Panorama brasileiro

No Brasil, a legislação não trata explicitamente do tema, conforme anunciado na introdução desse trabalho. O Marco Civil da Internet, em seu artigo 19, parágrafo 2º, determina que a matéria da responsabilidade e dos direitos autorais deve ser regulada por lei específica.

Há, todavia, uma regra geral da responsabilidade civil trazida no diploma legal, que está prevista no *caput* do artigo 19, e diz respeito especificamente à responsabilidade dos provedores de aplicações na internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. A solução encontrada pelo legislador é o condicionamento a ordem judicial específica, isto é, o provedor de aplicações na internet tem responsabilidade se não retirar o conteúdo infringente de sua plataforma após determinação do juízo, “no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado”. A escolha do legislador, como deixa evidente a primeira parte do dispositivo, foi por privilegiar a liberdade de expressão em relação aos direitos de terceiros eventualmente violados no âmbito de aplicações na internet.

A opção legislativa nesse sentido teve boa repercussão entre os grandes conglomerados empresariais que atuam como provedores de serviços na internet e ativistas que defendem a liberdade de expressão no Brasil (VERONESE e FONSECA, 2020).

Cabe frisar que nada impede que os provedores adotem o sistema do *notice-and-takedown* ou do *notice-and-staydown* espontaneamente (IRAMINA, 2019, p. 10). Ademais, a própria jurisprudência do STJ (v.g. REsp 1.515.647/MG e REsp 1.501.187/RJ) tem rechaçado a responsabilidade objetiva dos provedores de serviço de internet, o que aproxima o sistema brasileiro do *notice-and-takedown*.

O REsp 1.501.187/RJ, a despeito de não tratar especificamente de ofensas a direitos autorais, mas de demanda envolvendo pedidos de danos morais por ofensas postadas por terceiros em redes sociais, traz algumas assertivas esclarecedoras sobre o posicionamento do STJ sobre o tema da responsabilidade civil de provedores de serviços na internet. Os Ministros optaram por afastar a responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, declarando a inexistência de dever de vigilância do conteúdo publicado por terceiros.

O REsp 1.512.647/MG, por sua vez, abordou especificamente um caso de violação de direitos autorais praticada no âmbito de uma rede social. A Corte concluiu pelo afastamento das normas dos arts. 102 a 104 da Lei n. 9.610/1998, que tratam de responsabilidade por violação

a direitos autorais, em relação ao provedor de serviços na internet, por não vislumbrar a prática das condutas descritas nos dispositivos.

Ponto importante da decisão foi a não aplicação da teoria da responsabilidade vicária e da responsabilidade contributiva, isto é, o Relator entendeu que a rede social em questão não estimulava que seus usuários praticassem atos ilícitos, já que sequer era possível realizar *downloads* a partir das páginas da plataforma. Tampouco a rede social parte na demanda obtinha lucro com a atividade infringente de seus usuários e se negava a atuar para evitá-la, quando poderia fazê-lo. A disponibilização do material infringente não se dava diretamente naquela plataforma, por conta da própria arquitetura do *website*.

A adoção do *notice-and-takedown*, ainda que de forma tangencial pela jurisprudência, todavia, não é isenta de críticas também no cenário jurídico brasileiro. Algumas das ponderações mais comuns avaliam a inexistência de um regulamento sobre a contranotificação, isto é, a possibilidade de o usuário supostamente infrator defender que o conteúdo disponibilizado na verdade não infringe direitos autorais de terceiros, oportunizando o contraditório.

Trata-se de faculdade presente no ato legislativo que serviu de inspiração à aplicação da teoria no Direito brasileiro. A contranotificação é essencial para oportunizar alegações como o de *fair use*, por exemplo. Outra ponderação comum se dá em relação à própria inexistência de requisitos mínimos para a notificação, como a delimitação do conteúdo infringente e indicação de seu endereço.

Ademais, argumenta-se que o sistema do *notice-and-takedown* representa uma espécie de responsabilidade civil postergada, criando uma ficção de que o dano só aconteceu em momento posterior ao que realmente ocorreu. Isto é, o sistema cria um lapso temporal durante o qual a vítima de ato ilícito experimenta um dano, mas não o tem ressarcido até que efetue a notificação ao provedor de serviços na internet. Nas palavras de Schreiber (2014, p. 10):

É evidente que, na prática, tal importação significaria que o dano sofrido pela vítima durante o período anterior à notificação permaneceria sem ressarcimento (ou somente poderia ser ressarcido pelo terceiro gerador do conteúdo, quase sempre anônimo ou, mesmo quando identificado, não localizável ou incapaz – jurídica ou economicamente – de arcar com indenização ou tecnicamente inapto a adotar alguma outra medida apta a mitigar os efeitos da lesão sofrida pela vítima). O *notice and takedown* estabeleceria, nesse sentido, uma espécie de “imunidade” do proprietário do site até o momento da notificação, deixando sem reparação, ao menos, uma parte do dano sofrido pela vítima, o que poderia suscitar alegações de afronta ao princípio da reparação integral.

Observa-se que há uma lacuna legislativa no sistema brasileiro de responsabilidade civil dos provedores de serviços na internet por infração a direitos autorais provocada por terceiros.

Por um lado, há os dispositivos da Lei 9.610 de 1998, que foram editados em outro momento de desenvolvimento tecnológico e tem como escopo a pirataria “física”, de publicações ou com base em suportes materiais das cópias, o que é evidenciado pela própria redação dos artigos, ao utilizar os termos exemplares e pela menção à possibilidade de apreensão dos produtos fraudulentos. As condutas descritas nos artigos dificilmente são passíveis de subsunção em relação à atividade de provedores de aplicações na internet. Por outro lado, o Marco Civil da Internet tampouco enfrentou a temática de modo específico, restando a aplicação do artigo 19 que genericamente regula a responsabilidade civil por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

Com isso, a jurisprudência desenhou soluções para os casos que se apresentaram relativos à responsabilidade civil dos provedores de serviços na internet por atos de terceiros que infrinjam direitos autorais, com clara inspiração no *notice-and-takedown* norte-americano. Tal opção, todavia, permanece com alguns pontos sem explanação. Não há requisitos essenciais previstos na legislação alienígena no Brasil, como a prática da contranotificação e a exigência de requisitos mínimos para a notificação em si. Ademais, argumenta-se que o sistema afronta ao princípio da reparação integral, já que as plataformas só poderiam ser responsabilizadas a partir da notificação.

Outros alertas que o sistema adotado tem despertado dizem respeito quanto às possibilidades de violação a direitos fundamentais dos usuários. Dentre esses direitos, destaca-se o direito de liberdade de expressão, privacidade, acesso à cultura, ao conhecimento e à educação. Também se considera problemática a ausência de notificação do usuário antes da indisponibilização do conteúdo, bem como a ausência do direito de defesa.

Especial conotação tem a liberdade de expressão nessa análise, já que o Marco Civil da Internet estabelece expressamente sua observância para a regulação do tema no §2º do art. 19, sendo verdadeira norma programática (KANAYAMA, 2021, p. 8-9), de observância obrigatória pelo legislador ao editar normas sobre a responsabilidade por danos decorrentes de terceiros em infrações a direitos de autor.

3 CONCLUSÃO

Os Estados Unidos e o Brasil possuem sistemas com similaridades para tratar da responsabilidade civil de provedores de serviços na internet por ofensas a direitos autorais em conteúdos disponibilizados por terceiros. Esse sistema é denominado comumente como *notice-and-take-down*, sendo um limitador da responsabilidade dos provedores. A responsabilidade só

existiria caso os provedores não retirassem o conteúdo infringente após notificação, em prazo razoável.

Observa-se que o sistema do *notice-and-take-down* desempenhou importante balanço entre os direitos dos autores e a necessidade de desenvolvimento da internet e das aplicações. A limitação da responsabilidade dos provedores possibilitou o florescimento de diversas plataformas, que contribuíram com inovação e transmissão do conhecimento. Por outro lado, é fato que há grandes organizações, como o Youtube, que lucram cifras consideráveis com materiais que contêm infração a direitos autorais, prejudicando diversos autores, escritores e músicos.

O sistema tem enfrentado severas críticas dos produtores de material protegido por direitos autorais, que o consideram ineficiente para a proteção deles, especialmente no contexto da Web 2.0. Considera-se insuficiente para a efetiva proteção dos direitos de autor, além de não observar o princípio da reparação integral, já que há um lapso temporal dentro do qual os danos ocorrem sem que haja reparação – o tempo entre a disponibilização do conteúdo infringente e a notificação para sua retirada.

Ademais, o sistema do *notice-and-take-down* possui a evidente desvantagem de o usuário infrator poder disponibilizar o mesmo conteúdo infringente logo em seguida à exclusão, tornando uma tarefa hercúlea a fiscalização.

Outro problema encontrado, mas que afeta em maior medida os usuários, é a parca regulação do procedimento de notificação e contranotificação, tanto no ordenamento jurídico alienígena, em menor medida, quanto no brasileiro, em maior medida. Regras mais claras sobre requisitos das notificações e o estabelecimento de procedimentos para contranotificação, que oportunizem o contraditório, podem arrefecer as queixas sobre o sistema, em especial quanto à limitação à liberdade de expressão, que, apesar de constituir-se direito fundamental, não é absoluta.

Por outro viés, sistemas mais restritivos como o *notice-and-staydown* são facilitadores da vigilância de potenciais infrações de direitos de autor nas redes, já que há uma evidente limitação para usuários reincidentes. No entanto, podem gerar efeitos concorrenciais adversos, ao criar obrigações aos provedores de serviços na internet que onerariam seus custos e dificultariam a entrada de novos concorrentes nesse setor. As ponderações sobre o sopesamento entre direitos de autor e liberdade de expressão se agravariam nesse sistema também, já que a limitação da disponibilização do conteúdo se torna mais severa ao impedir que determinado conteúdo, que fora anteriormente retirado do ar, seja novamente disponibilizado.

A utilização da própria arquitetura ou do código como formas de limitar o uso dos usuários nas plataformas merece especial atenção, na medida em que as aplicações podem se tornar mais restritivas que a própria lei. Disso pode decorrer a impossibilidade de usos legítimos (ou justos) de obras protegidas, praticamente sem possibilidade de checagem desse controle sobre o usuário (LESSIG, p. 137).

As regras para notificação e contranotificação de usuários supostamente infratores de direitos autorais de terceiros parecem ser um ponto de melhoria essencial no *notice-and-takedown*. A oportunidade do contraditório, para que o usuário notificado possa defender o uso justo ou outra situação que justifique a disponibilização do conteúdo na plataforma é um elemento que merece maior aderência no sistema. Por outro lado, requisitos mínimos para notificações são essenciais para que não haja um uso indevido ou predatório da ferramenta, com finalidades escusas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em dez. de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (Quarta Turma). **Recurso Especial 1501187/RJ**. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Relator: Min. Marco Buzzi, 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201102876150&dt_publicacao=03/03/2015>. Acesso em junho de 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (Segunda Seção). **Recurso Especial 1512647/MG**. Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Relator: Min. Luis Felipe Salomão, 13 de maio de 2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201301628832&dt_publicacao=05/08/2015>. Acesso em junho de 2021.

BROWN, Brandon. **Fortifying the safe harbors: reevaluating the DMCA in a web 2.0 world**. Berkeley Technology Law Journal. 2008. Vol 23:437. P. 438-468

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **17 U.S. Code § 512 - Limitations on liability relating to material online (DMCA - Digital Millennium Copyright Act)**. Disponível em: <<https://www.law.cornell.edu/uscode/text/17/512>>. Acesso em junho de 2021.

GALINDO, Cristina. **Plano de quebrar o oligopólio do Facebook e do Google ganha peso nos EUA**. El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/internacional/1570189971_000536.html/>. Acesso em junho de 2021.

IRAMINA, Aline. **Responsabilidade Civil dos Provedores de Aplicações de Internet por Infrações a Direitos Autorais no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Revista de Direitos e as Novas Tecnologias, vol. 4. 2019.

KANAYAMA, Ricardo Alberto. **A liberdade de expressão do Marco Civil da Internet e o procedimento de notificação e retirada para as "infrações" aos direitos autorais**. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <<http://civilistica.com/a-liberdade-de-expressao-do-marco-civil/>>. Acesso em junho de 2021.

LESSIG, Lawrence. **Cultura Livre: como a mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Tradução por Fábio Emilio Costa. 2004.

Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/10d.pdf>>. Acesso em junho de 2021.

SCHREIBER, Anderson. **Marco Civil da Internet: Avanço ou Retrocesso? A Responsabilidade Civil por Dano derivado do Conteúdo Gerado por Terceiro**. 2015. Disponível em: <http://www.andersonschreiber.com.br/downloads/artigo-marco-civil-internet.pdf>. Acesso em junho de 2021.

URBAN, Jennifer M.; KARAGANIS, Joe; SCHOFIELD, Brianna L. **Notice and Takedown in Everyday Practice**. 2017. V. 2. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2755628. Acesso em junho de 2021

VERONESE, Alexandre; FONSECA, Gabriel Campos Soares da. **Interesses empresariais e divergências no processo de construção do Marco Civil da Internet: uma análise crítica a partir de entrevistas de campo**. Revista Direito, Estado e Sociedade, Ahead of print, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.17808/des.0.1224>>. Acesso em junho de 2021.

YANKWICH, Leon R. **What Is Fair Use?** The University of Chicago Law Review, vol. 22, no. 1, 1954, pp. 203–215. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1598230>. Accessed 3 June 2021>. Acesso em junho de 2021.